

Sumário

TOMO I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

1

NOÇÕES BÁSICAS	41
1.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	41
1.2. Conceito de Direito Penal.....	42
1.3. Características do Direito Penal	42
1.4. Funções do Direito Penal.....	43
1.4.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos.....	44
1.4.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	44
1.4.3. Direito Penal como garantia.....	44
1.4.4. Função ético-social (função criadora ou configuradora dos costumes)	44
1.4.5. Função simbólica do Direito Penal	45
1.4.6. Função motivadora	45
1.4.7. Função de redução da violência estatal.....	45
1.5. Divisões do Direito Penal	46
1.5.1. Direito Penal objetivo e subjetivo	46
1.5.2. Direito Penal comum e especial.....	46
1.5.3. Direito Penal primário e Direito Penal secundário	46
1.5.4. Direito Penal substantivo e adjetivo	47
1.5.5. Direito Penal internacional e Direito internacional penal.....	47
1.5.6. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor.....	47
1.5.7. Direito Penal de emergência, promocional e simbólico	48
1.5.7.1. O Direito Penal como sistema autopoietico e o risco do Direito Penal simbólico.....	50
1.5.8. Direito Penal coletivo	52
1.5.9. Direito Penal quântico	52
1.5.10. Direito Penal do equilíbrio.....	53
1.6. Bem jurídico penal.....	54

1.6.1.	Jakobs - Bem jurídico como a garantia da vigência da norma	56
1.6.2.	Roxin – Bem jurídico como pressuposto de convivência harmônica	58
1.6.3.	Hassemer – Teoria pessoal do bem jurídico	58
1.6.4.	Espiritualização dos bens jurídicos	60
1.6.5.	Síntese.....	60

2

CIÊNCIA DO DIREITO PENAL.....	63
2.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	63
2.2. Dogmática penal	64
2.3. Política Criminal	64
2.4. Criminologia.....	65
2.4.1. Conceitos básicos de criminologia	65
2.4.1.1. Abolicionismo penal (Política criminal verde)	66
2.4.1.2. Movimento lei e ordem	67
2.4.1.3. Garantismo penal.....	67
2.4.1.4. Direito penal do inimigo.....	69
2.4.1.5. Teoria do Etiquetamento (<i>Labelling approach</i>)	70
2.4.1.6. Teoria das janelas quebradas (<i>broken windows theory</i>).....	71
2.4.1.7. Teoria dos testículos despedaçados (<i>breaking balls theory</i>).....	71
2.4.1.8. Teoria do cenário da bomba relógio	71
2.4.1.9. Teoria da anomia.....	72
2.4.1.10. Principais síndromes do Direito Penal.....	73
2.4.1.10.1. Síndrome da Mulher Potifar.....	73
2.4.1.10.2. Síndrome de Estocolmo	73
2.4.1.10.3. Síndrome de Londres	74
2.4.1.10.4. Síndrome de Oslo	74
2.4.1.10.5. Síndrome de Alice	74
2.5. Conceitos diversos	75
2.5.1. Criminalização primária e secundária.....	75
2.5.2. Cifras do Direito Penal	75
2.5.3. Velocidades do Direito Penal.....	76
2.5.4. Direito Penal de intervenção (Administrativização do Direito Penal)	78
2.5.5. Direito Penal Subterrâneo e Sistema penal paralelo	79

3

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	81
3.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	81
3.2. Introdução	81
3.3. Fase da vingança nos povos primitivos	81
3.4. Direito Penal Romano.....	82
3.5. Direito Penal Germânico	82
3.6. Direito Canônico.....	82
3.7. Período Humanitário	83

4

ESCOLAS PENAIS	85
4.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	85
4.2. Introdução	85
4.3. Escola Clássica	85
4.4. Escola Positivista	87
4.5. Terceira Escola (<i>Terza Scuola</i>)	88
4.6. Escola Moderna Alemã	89
4.7. Escola Técnico-Jurídica	89
4.8. Escola Correccionalista	90
4.9. Defesa Social	90

5

FONTES DO DIREITO PENAL	91
5.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	91
5.2. Introdução	91
5.3. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos	93
5.4. Jurisprudência	94
5.5. Princípios	95
5.6. Atos administrativos	96
5.7. Costumes	96

6

TEORIA DA NORMA PENAL	97
6.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	97
6.2. Interpretação da lei penal	97
6.2.1. Interpretação quanto ao sujeito (origem)	98
6.2.2. Interpretação quanto ao modo	99
6.2.3. Interpretação quanto ao resultado	100
6.2.4. Interpretação analógica e analogia	101
6.2.5. Interpretação conforme a Constituição	102
6.3. Norma penal	103
6.4. Lei penal incompleta	104
6.5. Norma penal em branco	105
6.5.1. Espécies	106
6.5.1.1. Norma penal em branco ao revés, invertida, ao avesso ou inver-	
sa	107
6.5.1.2. Norma penal em branco ao quadrado	108
6.5.1.3. Norma penal em branco por exclusão	108
6.5.1.4. Norma penal em branco de alternatividade temporária	109
6.6. Conflito aparente de normas	109
6.6.1. Princípio da especialidade	110
6.6.2. Princípio da subsidiariedade	111

6.6.3.	Princípio da consunção	116
6.6.4.	Princípio da alternatividade.....	122
6.7.	Princípios do Direito Penal	122
6.7.1.	Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal.....	123
6.7.2.	Princípio da anterioridade	125
6.7.3.	Princípio da insignificância	126
6.7.3.1.	Requisitos	127
6.7.3.1.1.	Requisitos objetivos.....	127
6.7.3.1.2.	Requisitos subjetivos.....	127
6.7.3.2.	Aplicação	128
6.7.3.2.1.	Crimes cometidos com grave ameaça ou violência contra a pessoa	128
6.7.3.2.2.	Crimes contra a Administração Pública.....	128
6.7.3.2.3.	Crimes previstos na Lei de Drogas.....	129
6.7.3.2.4.	Descaminho e crimes tributários.....	130
6.7.3.2.5.	Contrabando	130
6.7.3.2.6.	Crimes ambientais.....	130
6.7.3.2.7.	Rádio pirata	131
6.7.3.2.8.	Crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	131
6.7.3.2.9.	Outras situações.....	131
6.7.3.3.	Princípio da insignificância imprópria ou bagatela imprópria....	132
6.7.4.	Princípio da individualização da pena.....	132
6.7.5.	Princípio da alteridade	133
6.7.6.	Princípio da confiança	133
6.7.7.	Princípio da adequação social.....	133
6.7.8.	Princípio da intervenção mínima	134
6.7.8.1.	Princípio da fragmentariedade	134
6.7.8.2.	Princípio da subsidiariedade	134
6.7.9.	Princípio da proporcionalidade	135
6.7.10.	Princípio da humanidade	135
6.7.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	135
6.7.12.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	135
6.7.13.	Princípio da personalidade ou da intranscendência	136
6.7.14.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	136
6.7.15.	Princípio da isonomia	136
6.7.16.	Princípio da presunção de inocência (estado de inocência)	136

7

LEI PENAL NO TEMPO	139
7.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	139
7.2. Tempo do crime	139
7.3. Conflito de leis no tempo.....	140
7.3.1. Lei penal benéfica e <i>abolitio criminis</i>	141
7.3.1.1. <i>Abolitio criminis</i> temporária	143

7.3.2.	Lei penal gravosa	144
7.3.3.	Leis temporárias e excepcionais	144
7.3.4.	Combinação de leis (<i>lex tertia</i>) e lei intermediária	146
7.3.5.	Crime permanente e continuado	148
7.3.6.	Juízo competente para aplicação da lei mais benéfica	152
7.3.7.	Aplicação da lei mais benéfica em período de <i>vacatio legis</i>	152
7.3.8.	Continuidade normativo-típica	152
7.3.9.	Retroatividade da jurisprudência	153
8		
	LEI PENAL NO ESPAÇO	157
8.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	157
8.2.	Territorialidade	157
8.3.	Conceito de território nacional	158
8.4.	Princípios reitores	159
8.4.1.	Princípio da territorialidade	159
8.4.2.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade	159
8.4.3.	Princípio da defesa ou real	160
8.4.4.	Princípio da justiça universal ou cosmopolita	161
8.4.5.	Princípio da representação, pavilhão ou bandeira	161
8.4.6.	Princípio da intraterritorialidade	161
8.5.	Lugar do crime	162
8.6.	Extraterritorialidade	163
8.6.1.	Extraterritorialidade condicionada de primeiro grau ou extraterritorialidade incondicionada	164
8.6.2.	Extraterritorialidade condicionada de segundo grau e subsequentes. Extraterritorialidade hipercondicionada	169
8.6.2.1.	Condições para aplicação da lei brasileira	171
8.6.3.	Síntese gráfica	174
8.6.4.	Juízo competente	177
9		
	LEI PENAL COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	179
9.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	179
9.2.	Introdução	179
9.3.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governo estrangeiro	179
9.4.	Imunidades parlamentares	181
9.4.1.	Imunidade absoluta condicionada (<i>freedom of speech</i>)	182
9.4.2.	Imunidade parlamentar relativa	184
9.4.2.1.	Imunidade relativa em relação à prisão ou incoercibilidade pessoal dos congressistas (<i>freedom from arrest</i>)	185
9.4.2.2.	Imunidade relativa ao processo	189
9.4.2.3.	Imunidade relativa na condição de testemunha	190
9.4.2.4.	Parlamentares licenciados e suplentes	190
9.5.	Imunidade temporária do Presidente da República	190

10

DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL	193
10.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	193
10.2. Eficácia da sentença estrangeira	193
10.3. Contagem de prazos penais	196
10.4. Frações não computáveis na pena.....	197
10.5. Subsidiariedade das normas penais	197

TOMO II**TEORIA GERAL DO CRIME****11**

NOÇÕES FUNDAMENTAIS E EVOLUÇÃO	201
11.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	201
11.2. Conceito de crime.....	202
11.2.1. Critério material ou substancial.....	202
11.2.2. Critério formal ou legal	202
11.2.3. Critério analítico.....	204
11.3. Sujeitos do crime	208
11.3.1. Sujeito ativo	208
11.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	208
11.3.2. Sujeito passivo	212
11.3.3. Objeto do crime.....	213
11.4. Evolução da teoria geral do delito	214
11.4.1. Causalismo – Modelo positivista do século XIX	214
11.4.2. Neokantismo	216
11.4.3. Finalismo	219
11.4.4. Teoria social da ação	220
11.4.5. Funcionalismo	222
11.4.5.1. Funcionalismo teleológico-racional – Claus Roxin.....	222
11.4.5.2. Funcionalismo sistêmico ou radical – Günther Jakobs	224
11.4.5.3. Funcionalismo do controle social – Winfried Hassemer	227
11.4.5.4. Funcionalismo redutor - Zaffaroni.....	228
11.4.6. Teoria da ação significativa	230

12

CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES	233
12.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	233
12.2. Introdução	233
12.3. Classificações	234
12.3.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	234
12.3.2. Crimes materiais, formais e de mera conduta	235

12.3.3. Crimes simples e complexos.....	236
12.3.4. Crimes qualificados e privilegiados	236
12.3.5. Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes, a prazo e de enquadramento típico prorrogado.....	237
12.3.6. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos.....	238
12.3.7. Crimes consumados e tentados	238
12.3.8. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	239
12.3.9. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	239
12.3.10. Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	240
12.3.11. Crime unissubsistente e plurissubsistente	241
12.3.12. Crime de dano e de perigo – injustos parciais.....	241
12.3.13. Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	244
12.3.14. Crimes principais e acessórios	244
12.3.15. Outras classificações	245
12.3.15.1. Crime progressivo.....	245
12.3.15.2. Crime habitual.....	246
12.3.15.3. Crime subsidiário.....	246
12.3.15.4. Crime exaurido.....	246
12.3.15.5. Crime de pequeno, médio e maior potencial ofensivo	246
12.3.15.6. Crime profissional.....	246
12.3.15.7. Crime funcional.....	247
12.3.15.8. Crime hediondo e equiparado	247
12.3.15.9. Crime de circulação	247
12.3.15.10. Crime militar.....	247
12.3.15.11. Crime natural.....	248
12.3.15.12. Crime de plástico.....	248
12.3.15.13. Crime vazio	248
12.3.15.14. Crime transeunte e não transeunte	248
12.3.15.15. Crime de ação única e de ação múltipla ou conteúdo variado ..	249
12.3.15.16. Crime vago	249
12.3.15.17. Crime mono-ofensivo e pluriofensivo	249
12.3.15.18. Crime multitudinário	249
12.3.15.19. Crime de rua ou de colarinho azul.....	249
12.3.15.20. Crime de colarinho branco.....	250
12.3.15.21. Crime independente	250
12.3.15.22. Crime conexo.....	250
12.3.15.23. Crime falho.....	250
12.3.15.24. Crime impossível, crime oco, ou quase crime.....	250
12.3.15.25. Crime putativo.....	250
12.3.15.26. Crime de alucinação	251
12.3.15.27. Crime de ensaio ou delito de experiência	251
12.3.15.28. Crime de atentado.....	251
12.3.15.29. Crime parcelar	251
12.3.15.30. Crime consunto e consuntivo	251
12.3.15.31. Crime condicionado	251
12.3.15.32. Crime de opinião.....	252

12.3.15.33. Crime de expressão	252
12.3.15.34. Crime de impressão	252
12.3.15.35. Crime de hermenêutica.....	252
12.3.15.36. Crime gratuito.....	253
12.3.15.37. Crime de ímpeto.....	253
12.3.15.38. Crime de tendência intensificada, interna peculiar ou de atitude pessoal	253
12.3.15.39. Crime de tendência interna transcendente.....	253
12.3.15.40. Crime de resultado cortado ou separado	254
12.3.15.41. Crimes mutilado de dois ou mais atos	254
12.3.15.42. Crime a distância ou de espaço máximo.....	254
12.3.15.43. Crime em trânsito	255
12.3.15.44. Crime plurilocal.....	255
12.3.15.45. Crime de acumulação.....	255
12.3.15.46. Crime obstáculo	255
12.3.15.47. Crime de catálogo	255
12.3.15.48. Crime remetido	255
12.3.15.49. Crime anão ou liliputiano	256
12.3.15.50. Crime de plágio	256
12.3.15.51. Crime de olvido	256
12.3.15.52. Crime intervalado ou intermitente.....	256
12.3.15.53. Crime de flanco	256
12.3.15.54. Crime cibernético.....	256
12.3.15.55. Crime político.....	257
12.3.15.56. Crime de responsabilidade	257
12.3.15.57. Crime aberrante.....	257

13

FATO TÍPICO	259
13.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	259
13.2. Introdução.....	260
13.3. Conduta.....	261
13.3.1. Teorias da conduta	261
13.3.1.1. Teoria causalista, naturalística, clássica ou mecanicista.....	261
13.3.1.1.1. Teoria sintomática – Enrico Ferri.....	264
13.3.1.2. Teoria neokantista.....	264
13.3.1.2.1. Teoria normativa da ação – Gustav Radbruch	266
13.3.1.3. Teoria finalista	266
13.3.1.3.1. Teoria cibernética	268
13.3.1.4. Teoria social da ação.....	269
13.3.1.5. Teorias funcionalistas	269
13.3.1.5.1. Conceito pessoal de conduta - Roxin.....	270
13.3.1.5.2. Conceito de evitabilidade individual de conduta – Jakobs	271

SUMÁRIO

13.3.1.5.3.	Conceito negativo da ação	272
13.3.1.5.4.	Conceito redutor de ação	273
13.3.1.5.5.	Teoria da ação significativa	273
13.3.2.	Modelos de conduta.....	275
13.3.3.	Funções do conceito autônomo de conduta	275
13.3.4.	Característica da conduta.....	276
13.3.5.	Excludentes da conduta.....	277
13.4.	Resultado	281
13.5.	Nexo de causalidade	283
13.5.1.	Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	284
13.5.2.	Teoria da causalidade adequada.....	286
13.5.2.1.	Antecedentes.....	286
13.5.2.2.	Teoria da adequação	287
13.5.2.3.	Teoria da relevância jurídica.....	288
13.5.2.4.	Concausas.....	288
13.5.2.4.1.	Causas absolutamente independentes	289
13.5.2.4.1.1.	Causas preexistentes absolutamente inde- pendentes.....	289
13.5.2.4.1.2.	Causas concomitantes absolutamente independentes	289
13.5.2.4.1.3.	Causas supervenientes absolutamente independentes	290
13.5.2.4.2.	Causas relativamente independentes	290
13.5.2.4.2.1.	Causas preexistentes relativamente independentes	291
13.5.2.4.2.2.	Causas concomitantes relativamente independentes	291
13.5.2.4.2.3.	Causas supervenientes relativamente independentes	292
13.5.3.	Teoria da imputação objetiva	294
13.5.3.1.	Aplicação da teoria da imputação objetiva aos crimes não ma- teriais	296
13.5.3.2.	A imputação objetiva de Claus Roxin.....	297
13.5.3.2.1.	Criação ou incremento de um risco juridicamente proibido.....	297
13.5.3.2.1.1.	Risco permitido	298
13.5.3.2.1.2.	Diminuição ou não criação do risco.....	298
13.5.3.2.1.3.	Princípio da confiança.....	300
13.5.3.2.2.	A realização do risco não permitido	301
13.5.3.2.3.	Alcance do tipo.....	302
13.5.3.2.3.1.	Autocolocação dolosa em perigo.....	302
13.5.3.2.3.2.	Heterocolocação consentida em perigo..	303
13.5.3.2.3.3.	Atribuição do resultado no âmbito de responsabi- lidade alheio	304

13.5.3.2.4. A prognose póstuma objetiva como critério de análise da imputação.....	304
13.5.3.3. A imputação objetiva de Günther Jakobs.....	306
13.5.3.3.1. Risco permitido	306
13.5.3.3.2. Princípio da confiança	307
13.5.3.3.3. Proibição de regresso	307
13.5.3.3.4. Competência ou capacidade da vítima.....	307
13.5.3.4. A imputação objetiva para Wolfgang Frisch.....	308
13.5.3.5. A imputação objetiva para Ingeborg Puppe	310
13.5.3.6. O problema da Causalidade múltipla – Outros conceitos afetos ao tema da causalidade.....	311
13.5.3.7. A adoção da teoria da imputação objetiva pelo ordenamento jurídico brasileiro	313
13.5.4. A teoria INUS	314
13.5.5. A causalidade nos crimes omissivos.....	316
13.6. Tipicidade penal	318
13.6.1. Conceito.....	318
13.6.2. Tipicidade conglobante	319
13.6.3. Formas de adequação típica.....	321
13.6.4. Fases da tipicidade.....	323
13.7. Tipo penal	324
13.8. Funções do tipo penal	324
13.9. Estrutura do tipo legal.....	325
13.10. Classificação doutrinária dos tipos legais	326
13.10.1. Tipo normal e anormal.....	326
13.10.2. Tipo fundamental e derivado	327
13.10.3. Tipo congruente e incongruente.....	327
13.10.4. Tipo fechado e tipo aberto	328
13.10.5. Tipo simples e tipo misto	329
13.10.6. Tipo de autor e tipo de fato.....	329
13.10.7. Tipo preventivo.....	330

14

CRIME DOLOSO	331
14.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	331
14.2. Conduta dolosa	331
14.2.1. O dolo na evolução da teoria do crime.....	332
14.2.1.1. Sistema causalista	332
14.2.1.2. Sistema neokantista.....	334
14.2.1.3. Sistema finalista	334
14.2.1.4. Sistemas funcionalistas.....	335
14.2.1.5. Sistema da ação significativa	336
14.3. Teorias do dolo	336

SUMÁRIO

14.3.1.	Teorias volitivas.....	337
14.3.1.1.	Teoria da vontade.....	338
14.3.1.2.	Teoria do assentimento, consentimento ou anuência.....	338
14.3.1.3.	Teoria da decisão contrária a bens jurídicos.....	338
14.3.1.4.	Teoria dos indicadores externos.....	338
14.3.1.5.	Teoria da indiferença ou sentimento.....	339
14.3.1.6.	Teoria da vontade de evitação.....	339
14.3.1.7.	Teoria de tomar a sério o perigo.....	339
14.3.2.	Teorias cognitivas.....	340
14.3.2.1.	Teoria da representação ou da possibilidade.....	340
14.3.2.2.	Teoria da probabilidade.....	341
14.3.2.3.	Dolo sem vontade.....	341
14.3.2.4.	Dolo significativo.....	343
14.3.3.	Teorias do perigo.....	343
14.3.3.1.	Teoria subjetiva – teoria do risco de Frisch.....	344
14.3.3.2.	Teoria objetiva.....	345
14.3.3.3.	Teoria do perigo doloso – Ingeborg Puppe.....	345
14.3.4.	Outros conceitos de dolo.....	347
14.3.4.1.	Dolo como conceito tipo.....	347
14.3.4.2.	Dolo partido.....	347
14.3.4.3.	Dolo quântico – dolo em superposição.....	348
14.3.5.	Teorias adotadas no Brasil.....	349
14.4.	Elementos do dolo.....	349
14.5.	Espécies de dolo.....	351
14.5.1.	Dolo normativo e dolo natural.....	351
14.5.2.	Dolo direto e dolo indireto.....	352
14.5.2.1.	Dolo direto de primeiro grau, imediato, de propósito ou de intenção.....	352
14.5.2.2.	Dolo direto de segundo grau, mediato, indireto, indeterminado ou de consequências necessárias.....	352
14.5.3.	Dolo eventual e dolo alternativo.....	354
14.5.3.1.	Dolo eventual e culpa consciente.....	358
14.5.3.1.1.	Teoria da Cegueira Deliberada.....	359
14.5.3.2.	Dolo alternativo.....	361
14.5.4.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto.....	362
14.5.5.	Dolo genérico e dolo específico.....	362
14.5.6.	Dolo presumido.....	363
14.5.7.	Dolo de dano e dolo de perigo.....	363
14.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	363
14.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	365
14.5.10.	Dolo global ou unitário.....	366
14.5.11.	Dolo cumulativo.....	366

15

CRIME CULPOSO	367
15.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	367
15.2. Elemento normativo da conduta	367
15.3. Elementos e conceito	369
15.4. Modalidades de culpa	372
15.5. Espécies de culpa	373
15.5.1. Culpa consciente e culpa inconsciente	373
15.5.2. Culpa própria e culpa imprópria	377
15.5.3. Culpa mediata ou indireta	378
15.5.4. Culpa presumida	378
15.6. Graus de culpa	378
15.7. Compensação e concorrência de culpas	378
15.8. Exclusão da culpa	379
15.9. Crime preterdoloso	380
15.9.1. Delitos qualificados pelo resultado	380

16

CRIMES OMISSIVOS	383
16.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	383
16.2. Introdução	384
16.3. Crimes omissivos próprios	385
16.4. Crimes comissivos por omissão	386
16.4.1. Situações especiais nos crimes omissivos	390
16.4.2. (In)constitucionalidade dos crimes comissivos por omissão	392
16.5. Crimes omissivos por comissão	393
16.6. Crimes de conduta mista	393

17

ERRO DE TIPO	395
17.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	395
17.2. Introdução	395
17.3. Espécies de erro de tipo	396
17.3.1. Erro de tipo essencial	396
17.3.1.1. Erro evitável e inevitável	397
17.3.1.2. Evitabilidade do erro	398
17.3.1.2.1. Teoria da dupla posição ou duplo escalão	399
17.3.1.2.2. Teoria da individualização da capacidade	399
17.3.1.2.3. Teoria mista	400
17.3.2. Erro de tipo acidental	400
17.3.2.1. Erro sobre o objeto	400
17.3.2.2. Erro sobre a pessoa	401
17.3.2.3. Erro na execução	403

17.3.2.3.1. Erro na execução com unidade simples	403
17.3.2.3.2. Erro na execução com unidade complexa.....	404
17.3.2.4. Resultado diverso do pretendido.....	407
17.3.2.5. Erro sobre o nexu causal	408
17.3.3. Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo.....	410
17.3.4. Erro de tipo permissivo	410
17.3.5. Erro determinado por terceiro	411
17.3.6. Erro de subsunção	412
17.3.7. Erro de tipo psiquicamente condicionado	413
17.3.8. Erro de tipo mandamental.....	413
18	
ITER CRIMINIS	415
18.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	415
18.2. Conceito.....	416
18.3. Fases do <i>iter criminis</i>	416
18.3.1. Cogitação	416
18.3.2. Preparação	417
18.3.3. Execução	417
18.3.3.1. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	418
18.3.4. Consumação.....	420
18.3.5. Exaurimento.....	421
18.4. Tentativa	421
18.4.1. Teorias sobre a punição do crime tentado	422
18.4.2. Espécies de tentativa	423
18.4.3. Infrações penais que não admitem a tentativa	424
18.4.4. Tentativa no dolo eventual.....	426
18.4.5. Tentativa nos crimes de ímpeto	427
18.4.6. Desistência voluntária.....	427
18.4.6.1. Natureza jurídica	428
18.4.7. Arrependimento eficaz	430
18.4.8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo	431
18.4.9. Arrependimento posterior.....	432
18.4.9.1. Natureza jurídica	433
18.4.9.2. Requisitos	433
18.4.9.3. Casos especiais.....	435
18.4.9.4. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de agentes.....	436
18.4.10. Quadro comparativo.....	437
19	
CRIME IMPOSSÍVEL	439
19.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	439

19.2. Introdução.....	439
19.3. Natureza jurídica.....	440
19.4. Teorias sobre o crime impossível.....	440
19.5. Ineficácia absoluta do meio.....	441
19.6. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.....	445
19.7. Crime impossível e delito putativo.....	446

20

ILICITUDE	449
20.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	449
20.2. Introdução.....	449
20.3. Evolução da ilicitude.....	450
20.3.1. Injusto e antijuridicidade.....	451
20.3.1.1. Ilicitude formal.....	451
20.3.1.2. Ilicitude material.....	451
20.3.1.3. Concepção unitária de ilicitude.....	452
20.3.2. Ilicitude como essência ou elemento de composição do delito.....	452
20.3.3. Ilicitude nos movimentos penais.....	453
20.3.3.1. Causalismo.....	453
20.3.3.2. Neokantismo.....	453
20.3.3.3. Finalismo.....	454
20.3.3.4. Funcionalismo.....	454
20.3.3.5. Sistema significativo da ação.....	455
20.4. Causas excludentes de ilicitude.....	455
20.4.1. Fundamento legal.....	456
20.4.2. Elemento subjetivo nas excludentes.....	456
20.4.3. Estado de necessidade.....	459
20.4.3.1. Natureza jurídica.....	461
20.4.3.2. Requisitos.....	463
20.4.3.3. Espécies de estado de necessidade.....	468
20.4.3.3.1. Estado de necessidade justificante e exculpante.....	468
20.4.3.3.2. Estado de necessidade próprio e de terceiro.....	468
20.4.3.3.3. Estado de necessidade agressivo e defensivo.....	468
20.4.3.3.4. Estado de necessidade real e putativo.....	469
20.4.3.3.5. Estado de necessidade recíproco (estado de necessidade x estado de necessidade).....	469
20.4.3.4. Situações peculiares no estado de necessidade.....	469
20.4.4. Legítima defesa.....	472
20.4.4.1. Natureza jurídica.....	473
20.4.4.2. Requisitos.....	473
20.4.4.3. Espécies de legítima defesa.....	479
20.4.4.3.1. Legítima defesa agressiva e defensiva.....	479
20.4.4.3.2. Legítima defesa própria e de terceiro.....	480
20.4.4.3.3. Legítima defesa real e putativa.....	480

20.4.4.3.4.	Legítima defesa subjetiva ou excessiva.....	480
20.4.4.3.5.	Legítima defesa sucessiva.....	480
20.4.4.4.	Situações peculiares na legítima defesa.....	481
20.4.5.	Estrito cumprimento do dever legal.....	482
20.4.5.1.	Natureza jurídica.....	482
20.4.5.2.	Requisitos.....	484
20.4.6.	Exercício regular de um direito.....	485
20.4.6.1.	Natureza jurídica.....	486
20.4.6.2.	Requisitos.....	487
20.4.6.3.	Situações peculiares no exercício regular de um direito.....	488
20.4.7.	Causas supral legais.....	491
20.4.7.1.	Consentimento do ofendido.....	491
20.4.7.1.1.	Natureza jurídica.....	491
20.4.7.1.2.	Requisitos.....	492
20.4.8.	Excesso.....	493
20.4.8.1.	Espécies.....	494
21		
CULPABILIDADE.....		497
21.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	497
21.2.	Introdução.....	497
21.3.	Evolução do conceito de culpabilidade.....	498
21.3.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	499
21.3.2.	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	500
21.3.2.1.	Teorias limitada e extremada do dolo.....	503
21.3.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	504
21.3.3.1.	Teorias limitada e extremada da culpabilidade.....	506
21.3.3.2.	Quadro comparativo.....	507
21.3.4.	Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo racional-teleológico (Roxin).....	508
21.3.5.	Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo sistêmico-radical (Jakobs).....	510
21.3.5.1.	Tipo total de culpabilidade.....	511
21.3.6.	Conceito de culpabilidade na teoria da ação significativa.....	513
21.4.	Coculpabilidade.....	516
21.4.1.	Culpabilidade por vulnerabilidade.....	518
21.4.1.1.	Coculpabilidade às avessas.....	519
21.5.	Culpabilidade formal e material.....	520
21.6.	Elementos da culpabilidade.....	522
21.6.1.	Imputabilidade.....	522
21.6.1.1.	Crítérios ou sistemas para aferição da imputabilidade.....	523

21.6.1.2.	Causas de inimputabilidade	524
21.6.1.2.1.	Fator etário (menoridade).....	524
21.6.1.2.2.	Fator mental (doença mental ou desenvolvimento mental retardado ou incompleto).....	525
21.6.1.2.3.	Fator embriaguez.....	528
21.6.1.2.3.1.	O problema da <i>actio libera in causa</i>	530
21.6.1.2.3.2.	<i>Omissio libera in causa</i>	533
21.6.1.2.3.3.	O problema do “Quarto de Locke”.....	534
21.6.2.	Potencial consciência da ilicitude	535
21.6.3.	Exigibilidade de conduta diversa	536
21.6.3.1.	Coação moral irresistível	537
21.6.3.1.1.	Requisitos.....	538
21.6.3.2.	Obediência hierárquica	538
21.6.3.2.1.	Requisitos.....	539
21.6.3.3.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade.....	540

22

ERRO DE PROIBIÇÃO	543	
22.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	543
22.2.	Introdução	543
22.3.	Espécies de erro de proibição.....	545
22.3.1.	Erro escusável e inescusável.....	545
22.3.2.	Erro de proibição direto	546
22.3.3.	Erro de proibição indireto.....	548
22.3.4.	Erro de proibição mandamental	549
22.3.5.	Erro sobre os elementos normativos do tipo	550
22.3.6.	Crime putativo por erro de proibição	551
22.3.7.	Duplo erro de proibição	552
22.3.8.	Erro de compreensão e erro culturalmente condicionado	553
22.3.9.	Outras espécies de erro.....	554
22.3.9.1.	Erro de subsunção.....	554
22.3.9.2.	Erro de validade (eficácia ou vigência)	554
22.3.9.3.	Erro de punibilidade.....	554
22.3.9.4.	Erro de proibição invertido	554
22.3.9.5.	Duplo erro híbrido.....	555

23

CONCURSO DE PESSOAS	557	
23.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	557
23.2.	Introdução	558
23.3.	Requisitos	558
23.4.	Autoria	561
23.4.1.	Teoria do domínio do fato	562

23.4.2.	Teoria do domínio da organização por meio de aparatos organizados de poder.....	564
23.4.3.	Críticas e análise propositiva	565
23.4.4.	Por que diferenciar autor, partícipe e coautor?.....	569
23.4.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro	571
23.4.6.	Autoria mediata	571
23.4.6.1.	Autoria mediata nos crimes culposos.....	574
23.4.6.2.	Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	575
23.4.6.3.	Autoria por determinação	576
23.4.6.4.	Autoria de escritório	576
23.4.7.	Autoria colateral	577
23.4.8.	Autoria coletiva.....	578
23.5.	Coautoria.....	578
23.5.1.	Cumplicidade através das ações neutras.....	581
23.6.	Participação.....	582
23.6.1.	Teorias sobre a punição do partícipe.....	584
23.6.1.1.	Duplo dolo na participação	586
23.6.2.	Participação de menor importância.....	586
23.6.3.	Participação nos crimes omissivos	587
23.6.4.	Participação sucessiva e participação em cadeia.....	588
23.6.5.	Cooperação dolosamente distinta	588
23.7.	Concurso de pessoas e crimes culposos.....	589
23.8.	Circunstâncias incommunicáveis	591

TOMO III

TEORIA GERAL DA PENA

24		
FUNDAMENTOS DA PENA.....		595
24.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	595
24.2.	Introdução.....	595
24.3.	Funções e teorias da pena	596
24.3.1.	Teoria absoluta (finalidade retributiva)	597
24.3.2.	Teoria relativa (finalidade preventiva)	597
24.3.2.1.	Prevenção geral.....	598
24.3.2.2.	Prevenção especial	599
24.3.3.	Teoria mista ou unificadora (retributiva e preventiva)	599
24.3.4.	Teoria agnóstica da pena.....	600
24.4.	Princípios.....	600
24.5.	Penas permitidas e proibidas no Brasil.....	602
24.5.1.	Penas proibidas no Brasil	602
24.5.2.	Penas permitidas.....	604
24.5.2.1.	Pena privativa de liberdade.....	604

24.5.2.2. Penas restritivas de direitos	605
24.5.2.3. Pena de multa.....	605
24.6. Cominação das penas.....	606
24.7. Limite das penas.....	606

25

APLICAÇÃO DA PENA	609
25.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	609
25.2. Introdução	610
25.3. Fixação da pena privativa de liberdade	610
25.3.1. Fixação da pena-base (primeira fase)	611
25.3.1.1. Circunstâncias judiciais.....	613
25.3.2. Fixação da pena intermediária (segunda fase)	620
25.3.2.1. Agravantes genéricas	625
25.3.2.1.1. Reincidência (art. 61, I, do CP).....	627
25.3.2.1.1.1. Introdução e crítica	627
25.3.2.1.1.2. Aspectos técnicos	630
25.3.2.1.1.3. Efeitos da reincidência.....	635
25.3.2.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”, do CP).....	637
25.3.2.1.3. Crime praticado para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”, do CP).....	638
25.3.2.1.4. Crime praticado com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”, do CP)	639
25.3.2.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”, do CP).....	639
25.3.2.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e” do CP)	639
25.3.2.1.7. Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, “f”, do CP)	640
25.3.2.1.8. Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	640
25.3.2.1.9. Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h” do CP).....	641
25.3.2.1.10. Crime praticado quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”, do CP)	642

25.3.2.1.11. Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”, do CP)	642
25.3.2.1.12. Crimes praticados em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”, do CP).....	642
25.3.2.2. Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62 do CP).....	642
25.3.2.3. Atenuantes genéricas	644
25.3.2.3.1. Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (art. 65, I, do CP).....	644
25.3.2.3.2. Desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP).....	645
25.3.2.3.3. Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, “a”, do CP)..	646
25.3.2.3.4. Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b” do CP)...	646
25.3.2.3.5. Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”, do CP)	647
25.3.2.3.6. Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”, do CP)	648
25.3.2.3.7. Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	649
25.3.2.4. Atenuantes inominadas.....	649
25.3.3. Fixação da pena definitiva (terceira fase)	650
25.3.4. Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	653
25.3.4.1. Detração penal.....	658

26

APLICAÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	661
26.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	661
26.2. Conceito e características.....	662
26.3. Espécies	663
26.4. Duração da pena restritiva de direitos.....	666
26.5. Requisitos	666

26.5.1. Substituição nos crimes dolosos	667
26.5.2. Substituição nos crimes culposos e preterdolosos	669
26.6. Regras da substituição	669
26.7. Reversão das penas restritivas de direito	670

27

APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA..... 673

27.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	673
27.2. Conceito e características.....	673
27.3. Fixação da pena de multa	674
27.3.1. Pena de multa no concurso de crimes	675
27.4. Pagamento da pena de multa	676
27.5. Multa substitutiva ou vicariante	678
27.6. Diferenças entre pena de multa e prestação pecuniária	679

28

CONCURSO DE CRIMES 681

28.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	681
28.2. Introdução e sistemas de aplicação	681
28.3. Concurso material	682
28.4. Concurso formal	683
28.5. Crime continuado.....	689
28.5.1. Requisitos do crime continuado	690
28.5.2. Aplicação da pena no crime continuado	696
28.6. Reflexos outros do concurso de crimes.....	697

29

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA 699

29.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	699
29.2. Conceito e natureza jurídica	699
29.3. Sistemas	700
29.4. Requisitos	701
29.4.1. Requisitos objetivos.....	701
29.4.2. Requisitos subjetivos.....	702
29.5. Condições.....	702
29.6. Revogação do <i>sursis</i>	704
29.7. Prorrogação do período de prova	706
29.8. Extinção da pena.....	708

30

LIVRAMENTO CONDICIONAL 709

30.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	709
30.2. Conceito e natureza jurídica	709

30.3. Requisitos	710
30.3.1. Requisitos objetivos.....	710
30.3.2. Requisitos subjetivos.....	713
30.4. Condições.....	714
30.5. Revogação do livramento condicional	715
30.6. Suspensão do livramento condicional e prorrogação do período de prova.....	717
30.7. Extinção	718

31

MEDIDA DE SEGURANÇA.....	721
31.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	721
31.2. Conceito e natureza jurídica	721
31.3. Requisitos	722
31.4. Aplicação da medida de segurança.....	724
31.4.1. Duração da medida de segurança.....	726

32

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	729
32.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	729
32.2. Conceito.....	729
32.3. Efeitos penais secundários de natureza penal	730
32.4. Efeitos penais secundários genéricos de natureza extrapenal.....	731
32.5. Efeitos penais secundários específicos de natureza extrapenal	736
32.6. Efeitos da condenação especiais	738
32.6.1. Suspensão dos direitos políticos.....	738
32.6.2. Demissão por justa causa	739
32.6.3. Lei de Tortura.....	739
32.6.4. Lei de Falências.....	739
32.6.5. Lei de Drogas.....	740
32.6.6. Lei dos Crimes de Preconceito Racial.....	740
32.6.7. Lei de Organizações Criminosas	740
32.6.8. Lei de Lavagem de Capitais.....	740
32.6.9. Lei de Abuso de Autoridade	741
32.6.10. Lei de Organização dos serviços de telecomunicação.....	742
32.6.11. Código Civil	742
32.7. Síntese	743

33

REABILITAÇÃO CRIMINAL.....	747
33.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	747
33.2. Conceito e natureza jurídica	747
33.3. Sigilo das condenações.....	748
33.4. Efeitos extrapenais da condenação.....	748
33.5. Requisitos	750

34

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	753
34.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	753
34.2. Conceito.....	753
34.3. Pretensão punitiva e executória.....	754
34.4. Causas extintivas do art. 107 do Código Penal	754
34.4.1. Morte do agente.....	754
34.4.2. Anistia, graça e indulto.....	756
34.4.2.1. Anistia	756
34.4.2.2. Graça	757
34.4.2.3. Indulto	758
34.4.3. <i>Abolitio criminis</i>	761
34.4.4. Prescrição, decadência e preempção.....	762
34.4.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	763
34.4.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	766
34.4.7. Perdão judicial	766
34.5. Outras causas extintivas	769

35

PRESCRIÇÃO	771
35.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	771
35.2. Conceito e natureza jurídica	771
35.3. Imprescritibilidade.....	772
35.4. Espécies de prescrição	774
35.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	774
35.4.1.1. Prescrição em abstrato	774
35.4.1.2. Termo inicial da prescrição	778
35.4.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição punitiva	780
35.4.1.3.1. Causas impeditivas e suspensivas	780
35.4.1.3.1.1. Causas impeditivas e suspensivas previstas fora do Código Penal.....	783
35.4.1.3.2. Causas interruptivas da prescrição.....	784
35.4.1.4. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	788
35.4.1.5. Prescrição retroativa	790
35.4.1.6. Efeitos.....	791
35.4.2. Prescrição da pretensão executória da pena	792
35.4.2.1. Termo inicial.....	793
35.4.2.2. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição executória	795

35.4.2.2.1. Causas impeditivas e suspensivas	795
35.4.2.2.2. Causas interruptivas.....	795
35.4.2.3. Efeitos.....	796
35.4.3. Prescrição antecipada	796
35.5. Prescrição das penas restritivas de direito e pena de multa.....	797
35.6. Prescrição das medidas de segurança.....	798
36	
AÇÃO PENAL	799
36.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	799
36.2. Conceito.....	799
36.3. Condições da ação	800
36.4. Classificação da ação penal.....	801
36.4.1. Ação penal pública	802
36.4.1.1. Princípios.....	802
36.4.1.2. Ação penal pública incondicionada e condicionada.....	804
36.4.2. Ação penal privada.....	806
36.4.2.1. Princípios	807
36.4.2.2. Espécies	808
36.4.2.3. Papel do Ministério Público na ação penal privada	809
36.4.3. Ação penal em situações especiais.....	810
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	813